

Agora, só falta o dinheiro ser liberado.

O ministro Ernane Galvêas espera poder sacar a primeira parcela do crédito ampliado, pedido ao FMI, até o dia 28 de fevereiro.

Os documentos divulgados pela Imprensa são exatamente iguais aos enviados ao Fundo Monetário Internacional. Isto foi o que garantiu ontem em Brasília o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas. Ele prevê que, "se tudo correr como nós esperamos, poderemos sacar a primeira parcela (do financiamento ampliado pedido ao FMI) até o dia 28 de fevereiro". Indagado se seria preciso enviar mais documentos ao Fundo, respondeu: "Acabou, é tudo".

Em 1983, serão liberados quatro parcelas de 375 milhões de Direitos Especiais de Saque (DES), uma a cada trimestre no valor de US\$ 401 milhões, perfazendo o total de US\$ 1,6 bilhão para o ano inteiro. Como o crédito ampliado prevê saques durante três anos, ao final de 1985 o Brasil terá retirado do Fundo US\$ 4,8 bilhões.

O ministro da Fazenda lembrou que o FMI já liberou US\$ 500 milhões, referentes ao empréstimo compensatório por perda de receita com exportações. O saque dessa quantia é automática: o País não precisa cumprir nenhuma exigência. Existe ainda um financiamento para a formação de estoques reguladores, no valor aproximado de US\$ 530 milhões, mas cuja liberação ainda depende de novos entendimentos com o Fundo.

Indagado se a versão dos documentos entregues à Imprensa pelo Palácio do Planalto — a Carta de Intenções e o Memorando Técnico de Entendimento — não diferiam daqueles enviados ao fundo, Galvêas reagiu prontamente: "Lógico que não. Vocês receberam exatamente aquilo que enviamos ao Fundo. Isto é *ipsis literis* o que mandamos, ou *ipsis verbis*, como queiram".

Galvêas disse não lembrar a hora em que assinou a carta, mas quando os repórteres — que no dia anterior haviam solicitado que ele assinasse a carta na presença dos jornalistas — insistiram, ele declarou: "Lá pelas duas horas da tar-

de". O ministro da Fazenda assinou o documento antes do almoço, perto das duas horas, imediatamente após ter sido concluída a datilografia.

Política salarial

Por sua vez, o ministro do Planejamento, Delfim Neto, confirmou que está estudando alterações na política de reajustes salariais.

Ressaltou, porém, que o importante é que não se cogita de alterar, pelo menos por enquanto, a

sistemática de reajustes semestrais, pois a persistência de taxas de inflação elevadas continua a exigir que os salários sejam corrigidos com maior rapidez, de modo que os assalariados não sejam demasiadamente sacrificados.

Delfim reafirmou que as alterações constantes dos estudos desenvolvidos conjuntamente entre a Secretaria do Planejamento e o Ministério do Trabalho se referem, basicamente, à fixação de um índice de produtividade compatível

com o crescimento real da economia, em especial por setores. Mas ainda não há um projeto pronto e definitivo.

Cals não comenta

O ministro das Minas e Energia, César Cals, não quis comentar, ontem, o teor da carta ao FMI alegando que não a leu. Diante da insistência do repórter para que lesse e comentasse pelo menos o item em que o governo brasileiro promete ao FMI substancial au-

mento nos preços dos derivados de petróleo, Cals prometeu que nos próximos dias analisará o teor da carta relativo à sua pasta.

Os derivados de petróleo são citados em dois itens da carta. Um deles contém a promessa de substanciais aumentos de preços para reduzir o consumo, estimular o uso de energias alternativas e, consequentemente, reduzir substancialmente o déficit da conta petróleo da ordem de Cr\$ 150 bilhões. O outro é relativo ao aumento da

tributação do óleo diesel, introduzido em meados de 1982 e que, segundo a carta ao FMI, terá seu impacto pleno este ano, em termos de acréscimo de receita.

Açúcar

Os cortes nos subsídios aos produtores de açúcar, estimados em Cr\$ 160 bilhões este ano, conforme sugere o governo brasileiro na Carta ao FMI, deverão ser compensados pelo aumento da produtividade do setor a qualquer custo, sob pena de o agricultor não ter condições de cumprir seus compromissos financeiros, disse ontem um dos assessores do Ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Pena.

A produtividade deverá ser obtida com o esforço continuado dos produtores no sentido de obter maior rendimento na tonelada de cana por hectare e em seguida conseguir maior produção de açúcar por tonelada de cana. Para conseguir isso, ressaltou a fonte, o Ministério está conversando com os produtores sobre a melhor forma de obter mais variedades de cana, capazes de aumentar a produção, melhor tratamento das lavouras, através da redução do desperdício e melhor manejo industrial, a fim de conseguir maior índice de eficiência.

O assessor ministerial lembrou ainda que o corte de subsídios atingirá principalmente os produtores nordestinos, para os quais é canalizada a massa total dos subsídios, daí a necessidade inadiável de melhorar a produtividade na região, onde o grau de eficiência é um dos mais baixos, decorrendo daí custos de produção sempre crescentes.

Quanto à menção, na Carta ao FMI, da disposição do governo de conceder reajustes acima da inflação para os preços dos produtos siderúrgicos, o assessor ministerial saudou a medida, considerando-a oportuna para promover a capitalização das siderúrgicas.